



O momento atual exige que se resgate algumas práticas sociais exercidas pelo governo anterior e pelo atual, que merecem ser avaliadas para evitar os desacertos nas orientações, num exercício da crítica da "razão política". Pode-se afirmar isso, já que o atual partido no poder exerceu, na medida do possível, a vigília, num contrapoder permanente frente às decisões do governo anterior, utilizando pressupostos Foucaultianos na reconstrução das práticas sociais e suas respectivas orientações configuradas. Este estudo analisa os pressupostos da Política Nacional de Qualificação (2003) e o Plano Nacional de Educação Profissional (1998). Constata-se que ambas têm como proposições de mediação entre os conflitos sociais instaurados pela crise da falta de postos de trabalho e a necessidade do aumento de renda da sociedade brasileira, acelerada no governo atual, utiliza-se do discurso individualista liberal, que define o indivíduo, seus interesses e seus direitos, como puro limite da ação do Estado. No cenário, as crises são consideradas em todas as ordens regada pela desordem, desde os poderes instituídos e legitimada pela sociedade até a violência urbana e do campo, gerando outros desdobramentos em diferentes contextos, amparados por um discurso de ordem econômica que, por sua vez, impõe os diferentes de graus comprometimentos nas relações sociais, éticas, políticas e culturais. Diante dessa situação, as questões pertinentes a definições de políticas públicas passam a ser configuradas a partir de pressupostos apaziguadores desses conflitos, buscando, sempre, "não eliminar" as dificuldades socialmente conflituosas, mas sustar as angústias e os desejos, normatizando garantias de um dever do Estado, sem um compromisso coletivo.

Palavras-chave: Educação profissional; epistemologia Foucaultiana; políticas públicas de educação

The current moment demands that some social practices exercised by the previous and current governments be reviewed to avoid errors in adjustments in an effort at a critique of "political reason". This can be affirmed since the current government, as far as was possible, exercised vigilance as a permanent counter-power to the previous government, using Foucaultian principles in the reconstruction of social practices and respective orientations configured. This study analyzes the presuppositions of the National Policy for Qualification [2003] and the National Plan for Professional Education [1998]. It was found that both have mediating propositions between the social conflicts installed by the crisis of the lack of jobs and the necessity to raise the income of Brazilian society that have been accentuated during the current government. Both use an individualist liberal discourse, which defines the individual, his interests and rights as the pure limit of the State's action. In this scenario, crises are seen in order as disorder, from the powers instituted and legitimized by society to urban and rural violence, generating other impacts in other contexts, supported by the discourse of the economic order which, in its turn, imposes in different degrees, effects in social, ethical, political and cultural relations. Faced with this situation, pertinent questions to the definition of public policies are configured through peace-making presuppositions of these conflicts, attempting, always, not to "eliminate" social difficulties, but to arrest anguishes and desires, normating guarantees of the State's duty, without a collective compromising.

Keywords: Professional Education; Foucaultian epistemology; Public policies in Education

As Políticas de Educação Profissional Velhas Propostas em Novos Discursos?

Antonio Carlos
do Nascimento
Osório

Professor Adjunto IV, do
Programa de Pós-Graduação
em Educação da
Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, da
Linha de Pesquisa
“Educação e Trabalho”.

Traçar um balanço inicial das políticas públicas, programas, projetos sociais e educacionais no Brasil, destinados aos trabalhadores empregados e desempregados, jovens candidatos ao primeiro emprego e outros atores sociais, em busca de uma qualificação profissional, torna-se particularmente oportuno, se levarmos em conta, na atual conjuntura, o período político inaugurado durante a eleição para presidência do representante do Partido dos Trabalhadores, empossado em janeiro de 2003.

Além das expectativas de mudanças que foram alimentadas, sua eleição condensou um conjunto de acordos e pactos, os quais já foram exercitados, em diferentes ordens, no interior da própria sociedade e explicitados durante o seu primeiro ano de gestões sociais, junto aos diferentes partidos políticos e à sociedade como um todo.

Com isto, o momento atual exige que se resgate algumas práticas sociais exercidas, em diferentes contextos, pelos governos anteriores e pelo atual, que merecem ser avaliadas, para evitar os desacertos normativos das orientações, num exercício da crítica da “razão política”¹,

¹ Foucault (1994, p. 181), em sua obra: *Dits et écrits*, explica que ao seu ver, a tarefa da filosofia é efetuar uma “crítica da razão

não apenas pela vigilância em relação às práticas efetivas do poder, tarefa que é de responsabilidade de todos os cidadãos, mas pela desmontagem de seus mecanismos e pela análise da racionalidade a qual obedecem, muito em função de que o atual partido no poder exerceu, na medida do possível, a vigília, num contrapoder permanente frente às decisões do governo anterior.

Esta análise pode ser realizada por diferentes olhares teóricos, expressando sentidos e percepções totalmente distintas, porém, nossa reflexão recai, neste momento, sobre os pressupostos Foucaultianos como subsídios de compreensão sobre a Política Nacional de Qualificação (PNQ), que se instituiu, no ano de 2003, como uma proposta governamental do PT, em substituição ao Plano Nacional de Educação Profissional (1998) do PSDB. Ambos têm como proposições, o apaziguamento dos conflitos sociais instaurados pela crise da falta de postos de trabalho e a necessidade do aumento de renda da sociedade brasileira, tendo como locos, a educação profissional como um processo de qualificação ou requalificação profissional.

Buscando-se uma aproximação com o objeto de estudo tão complexo e ao mesmo tempo tão dinâmico, procura-se situar o lugar da política de educação profissional em âmbito federal, bem como analisar alguns discursos transitórios, entre o momento vivido e o momento presente. Esta análise poderia ser reali-

zada por diferentes olhares teóricos, expressando resultados, sentidos e percepções totalmente distintas, porém, nossa reflexão ora recai, sobre os pressupostos Foucaultianos.

Este trabalho serve-se de subsídios de discussões realizadas pelo Grupo de Estudos de Educação e Poder², como aporte teórico e metodológico e resultados de estudos anteriores, no âmbito da pesquisa. A primeira, foi desenvolvida entre os anos de 1998 e 2002, “Avaliação do Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ/MS)” e, a segunda, no biênio 2002 e 2003, “A Avaliação do Plano Estadual de Qualificação: A Construção de Referenciais”.

A centralidade de nossa reflexão se insere no movimento em que a ilusão (campanha presidencial) é própria da razão, de dizer o que deve ser o exercício do poder, função, aparentemente negativa (oposição ao poder da época), de um contrapoder, que se transformou num outro poder (com a posse do atual presidente em exercício há mais de um ano), aparentemente positivo, instituindo as relações de diferentes ordens e conflitos, oriundas da dinâmica dialética do contrapoder ao poder (troca de posições dos partidos), do poder ao contrapoder de comando.

A reconstrução das práticas sociais e de suas respectivas orientações configuradas por diferentes grupos envolvem discussões a respeito da complexidade que permeia a tentativa de interligação

entre diferentes grupos e instituições sociais. Essas, analisadas isoladamente, desenham, na medida do possível, um mosaico em que cada pedaço tem funções pré-

A centralidade de nossa reflexão se insere no movimento em que a ilusão (campanha presidencial) é própria da razão...

política” justificando que “[...] depois de Kant, o papel da filosofia tornou-se o de impedir a razão de ultrapassar os limites daquilo que é dado na experiência; mas, a partir desta época, [...] o papel da filosofia tornou-se também o de vigiar os abusos de poder da racionalidade política [...]”.

² Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal em que um dos propósitos é aprofundar referencial teórico e metodológico postulados por Michel Foucault.

estabelecidas dentro de uma estrutura mais ampla, obstruindo sua própria razão de existir, mas tendo sua configuração estabelecida pela própria existência, como um dos meios de controle da realidade social.

Os “discursos”, por sua vez, configuram jogos de dominações, em que as regras são sujeições, submissões e opressões, em circunstâncias diversas, uns, autoritários e vigorosos, e outros, em que as partes podem alterna-se sob regras que se igualam ou se repelem sobre as medidas adotadas. Sobre esta dominação Foucault (2000, p. 270) explica que:

O grande jogo da história será de quem se aposar das regras, de quem tomar lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para perverte-las, utiliza-las pelo avesso e volta-las contra aqueles que as tinham imposto.

Frente a essa realidade não compreendida pela sociedade, enquanto um implicado jogo de correlações e interesses, Foucault (1994) respondia que não há exterioridade em relação ao poder. Sempre se está preso em suas “malhas”, o que não significa ser seu prisioneiro. É inútil opor à razão política, uma maneira de pensar não política. A problemática do “governo”, pela qual Foucault rompia com certos aspectos de seu próprio engajamento nos anos 70, tem, assim, seu ápice, na ética do cuidado de si, que é uma ética política, preocupação observada em suas últimas obras.

Essa situação pode ser identificada em direção oposta a três tipos de discurso que Foucault censurava: o discurso revolucionário, o discurso individualista liberal, o discurso libertário. O primeiro, reduz o poder a uma violência de classe, e lhe opõe uma estratégia geral de conquista, não somente por simplificar em demasia o campo múltiplo, instável, dos conflitos que atravessam a sociedade, mas também por confundir esta sociedade, nas relações oriundas entre o poder e violência, muito utilizado na fase de disputa

para o poder. É um confronto permanente de interesses.

Ao segundo, o discurso individualista liberal, que define o indivíduo, seus interesses e seus direitos, como puro limite da ação do Estado, ele objetava por que o indivíduo faz parte da mesma história da sociedade. O indivíduo não é

O “governo” não é, independente de ideologias e agremiações partidárias, a simples instrumentalização da força de um Estado cada vez mais compacto...

anterior ao Estado, mas ele é o produto das técnicas individualizantes do “governo”, utilizado no exercício de domínio do poder. O terceiro, o discurso libertário, que rejeita a política em nome de uma espontaneidade sem entraves ou de uma alteridade radical. É o querer fazer, na negação do poder, em seu contexto da ordem mundial.

O “governo” não é, independente de ideologias e agremiações partidárias, a simples instrumentalização da força de um Estado cada vez mais compacto, mas uma figura original do poder, articulando técnicas e estratégias específicas de saber, de controle e de coerção. É, um determinado grau de racionalidade, composto pelas diferentes relações de poder, como de um Estado que tende a aumentar o seu poder, cuidando, de uma maneira minuciosa e metódica, da felicidade de seus súditos. É o pastoril, o governo conduz seu rebanho e o protege, vigiando seus perigos e impondo limites.

É neste sentido que as políticas de qualificação e requalificação profissional não consistiram em fazer o processo da razão, como se elas fossem portadoras, em sua lógica meramente tecnicista, de um devir totalitário, mas em mostrar que efeitos haviam sido produzidos quantitativamente pela racionalidade estabelecida pelos conflitos que atravessam a sociedade brasileira, nos últimos anos, relacionados ao

elevados índices de desemprego e violência. O importante é inventar novas condutas contra a dominação insidiosa da governabilidade estatal, pelos discursos engendrados de uma falsa idéia de uma “nova” ordem instituída, numa mudança quase nunca ocorrida.

Isso se evidencia, de forma mais pontuada, na busca da historização de algu-

De forma concentrada, grupos do poder conseguem estabelecer um conjunto de mecanismos e estratégias, sempre em caráter provisório.

mas práticas sociais implementadas pelos governos, que nos permitem destacar, como um dos princípios fundamentais, a sociedade brasileira sempre sofreu uma transição permanente e, por isso, constantes crises, sobrevivendo de diferentes formas e sendo fruto de diferentes mecanismos de controle social, estabelecidos pelos poderes instituídos, independente de ter sido no período colônia, no império ou na república. Independente, ainda, na atualidade, dos diferentes interesses dos partidos políticos, no exercício de poder.

Frente a esse paradoxo, ao analisarmos o nosso momento histórico, podemos afirmar que o enquadramento social ocorre em diferentes conflitos e contradições, configuradas sobre diferentes prismas e justificativas imediatistas. No cenário, estas crises são consideradas em todas as ordens regadas pela desordem, desde os poderes instituídos e legitimados pela sociedade até a violência urbana e do campo, gerando outros desdobramentos em diferentes contextos, amparados por um discurso de ordem econômica, que por sua vez, impõe diferentes graus de comprometimento nas relações sociais, éticas, políticas e culturais.

Diante dessa situação, as questões pertinentes a definições de políticas públicas passam a ser configuradas a partir de pressupostos apaziguadores desses con-

flitos, buscando sempre, “não eliminar” as dificuldades socialmente conflituosas, mas sustar as angústias e os desejos, normatizando, embora não sejam operacionalizadas, garantias de um dever do Estado.

De forma concentrada, grupos do poder conseguem estabelecer um conjunto de mecanismos e estratégias, sempre em caráter provisória, concentrando e monopolizando não só os interesses, mas também detendo o controle das definições de políticas públicas de toda ordem, sejam nas áreas

de promoção social, educacional e outros setores considerados emergentes em nossa realidade. O discurso em pauta é a inclusão social, quando, na prática, o processo é de exclusão social, pela forma como o capitalismo se processa na sociedade e os mecanismos políticos se propõem a resolver o problema.

Imerso nesse processo contraditório, o Brasil tenta, nos últimos dez anos, administrar essa realidade tão presente entre milhões de brasileiros: não estar qualificado para um posto de emprego, o crescimento do desemprego no País é grave, fato reconhecido pelo governo FHC (2001), que justificou:

[...] o problema é que a População Economicamente Ativa cresce numa velocidade maior que a criação de novos postos de trabalho” e alertou: “os brasileiros terão de conviver com “bolsões” de desemprego em grandes metrópoles como São Paulo, por mais de 10 ou 15 anos, mesmo que os níveis de investimentos aumentem.

Em um de seus discursos de campanha, o candidato do Partido dos Trabalhadores (2002) argumentava que:

O que temos hoje no Brasil é um quadro de desemprego ao mesmo tempo elevado e crônico. Ao contrário do que disse o presidente FH em seu pronunciamento, mesmo com a economia crescendo um pouco, como está agora, o desemprego se mantém. O tipo de modelo implantado no país parece criar mais desemprego do que emprego. E isso tem causado muito sofrimento ao nosso povo, devido a essa política econômica errada, a que o presidente teima em dar continuidade.

Fazendo moldura neste quadro, os dados do IBGE (2002) revelaram que, no ano anterior, 7,6 milhões de trabalhadores foram considerados desempregados. Quatro anos antes, no início do primeiro governo de FH, eram 4,5 milhões. Ou seja, houve um aumento de 3,1 milhões de desempregados nesse período, o que fez subir a taxa nacional de desemprego em seu período de gestão social de 6,1% para 9,6%. Além disso, a renda média do trabalhador brasileiro, segundo dados do IBGE, foi rebaixada em 6,5% nesses mesmos quatro anos. Ou seja, quem conseguiu se manter trabalhando, ganhou menos em termos de poder aquisitivo.

O Candidato enfatizava ainda que esta situação ocorria e era passível de ser resolvida argumentando:

O Brasil está, portanto, no rumo errado. É necessário mudar completamente a política econômica, para que o país possa crescer com distribuição de renda e justiça social. Para isso, é preciso:

- a) baixar significativamente os juros para o consumidor e para o capital de giro das médias, pequenas e microempresas;
- b) ampliar o investimento público nas áreas sociais: educação, saúde, segurança e habitação, entre outras;
- c) investir em obras de infra-estrutura e fazer a reforma fiscal para acabar com o chamado “custo Brasil”;
- d) fazer de fato a reforma agrária e dar apoio efetivo à produção agrícola, e à pequena propriedade urbana e rural;
- e) promover a distribuição de renda e o fortalecimento do mercado interno;
- f) reduzir a jornada de trabalho.

O Brasil precisa de uma nova política. Um plano estratégico que rompa com a dependência externa, afirmando a nossa soberania e os interesses do nosso povo acima das imposições do mercado financeiro internacional.

A análise dos dois discursos indica que a ilusão (campanha presidencial), que é própria da razão da conquista do poder, sempre deterá as soluções, com características de um contrapoder, num discurso revolucionário, de censura em relação ao próprio poder instituído. Tal era,

de uma crítica da razão governamental em suas grandes linhas, é o programa apresentado por Foucault. Esta noção de “crítica”, todavia, levanta diversas questões tende a um reformismo, estratégia constante do contrapoder e do novo poder: o que tem “não presta”, o porvir “é a solução”.

Foucault nega toda essa exterioridade em relação ao poder. Frente a isto cabe a seguinte indagação: Como a sociedade pode combater os elementos que intervêm e definem sua condição existencial, se não pode se desvencilhar do jogo dos discursos, a partir da referência a uma natureza primeira, a uma essência fundadora ou a uma consciência universal? Pode-se perguntar, enfim, que relação há entre a crítica proposta por Foucault (1989, p. 116) e sua própria análise do liberalismo como “reflexão crítica sobre a prática governamental”?

Estas questões, aparentemente distintas, de fato são solidárias umas com as outras. Organizam-se em torno da busca de uma atitude que associa, num mesmo movimento, a resistência ao poder, a constituição de si e o domínio do outro, pela troca que, neste caso, é de controle.

Ao examinar essa crítica, Foucault, se define com uma atitude, um *ethos*, uma maneira de agir, inseparável do diag-

Como a sociedade pode combater os elementos que intervêm e definem sua condição existencial, se não pode se desvencilhar do jogo dos discursos (...)?

nóstico de uma crise, nesta questão, o desemprego que ocupa, neste procedimento crítico, o interior da racionalidade governamental moderna, o liberalismo. Este pensamento é contestado por Foucault que escapa à imputação de reformismo, sem cair, por isto, no impasse da negação radical. É por essa razão que ela não pode, do mesmo modo,

pretender romper inteiramente com a racionalidade ou com o fenômeno.

A atitude crítica, escreve Foucault, (1994f, p. 574) “[...] não é um comportamento de rejeição. Deve-se escapar à alternativa entre estar dentro ou estar fora; é preciso se situar nas fronteiras”.

Isso fica devidamente comprovado quando, em mais de um ano de governo, o quadro atual nos mostra a seguinte situação: O desemprego, no Brasil, subiu pelo segundo mês consecutivo, em fevereiro de 2004, e a renda do trabalhador manteve-se fraca, mostrando que o mercado de trabalho está demorando a se recuperar após a performance de um ano de gestão governamental.

Isso é comprovado pelos dados do IBGE, em março de 2004, em que a taxa de desemprego subiu para 12% no mês anterior, após a leitura de 11,7% em janeiro, subindo pelo segundo mês consecutivo em fevereiro e a renda do trabalhador manteve-se fraca, mostrando que o mercado de trabalho está demorando a se recuperar após a performance ruim no ano passado.

A renda vem caindo na comparação com o mesmo mês do ano anterior desde março de 2003, quando esse indicador começou a ser calculado pela nova pesquisa do IBGE. A renda teve seu pior momento em julho do ano passado e, desde então, vem reduzindo o ritmo de baixa. Ainda assim, economistas dizem que o poder de compra do consumidor brasi-

do ano passado, a taxa atingiu o recorde de 13%, contra 9,6% no final mandato do FHC.

Ao reelaborar sua análise do poder, a partir do conceito de “governabilidade”, Foucault mostra claramente de que modo a crítica, longe de transcender o presente, se inscreve nas dobras dos jogos de poder e que é preciso reconstituir esquematicamente os discursos utilizados.

Foucault analisa o liberalismo, não como teoria econômica ou jurídica, mas como uma certa prática refletida de governo. Ele distingue dois objetos possíveis para o cuidado do Estado: o bem positivo, que consiste no bem-estar físico dos súditos, e o bem negativo, que consiste em sua segurança. O Estado que busca o primeiro, tende a ampliar indefinidamente seu domínio, a transformar os homens em máquinas e a uniformizar a sociedade. Só a busca do bem negativo, conseqüentemente, é compatível com as exigências da liberdade. Segurança contra bem positivo: a fórmula retomada, no século XIX, por todos os partidários políticos de um Estado mínimo constituído.

Com base nos ajustes necessários, a educação profissional continuou sendo apaziguadora, numa primeira ordem, e redentora de toda a tragédia do desemprego, tendo a responsabilidade de qualificar e requalificar, num contexto de escolaridade, como a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades específicas (tarefas produtivas – ofícios), definidas a partir do novo conceito de mercado de trabalho, tendo como “missão” “formatar” em cada indivíduo “competências”, sendo a condição primeira, para uma renda mínima.

Na tentativa de prevenir, sem conseguir como já foi comentado anteriormente, numa dimensão restrita, o governo FHC instituiu o Plano Nacional de Educação Pro-

Foucault analisa o liberalismo, não como teoria econômica ou jurídica, mas como uma certa prática refletida de governo.

leiro segue bastante fraco, o que inibe repasses de aumentos nos preços e ajuda a controlar a inflação.

A média de desemprego, em 2003, primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi de 12,3%, e, por dois meses

fissional (PLANFOR)³, regulamentado pelo CODEFAT, em 1996. Conforme os “Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional” (1996), esses programas deveriam visar o atendimento de: 1º) Programas Nacionais, voltados para clientela em desvantagem social e/ou setores ou regiões estratégicos para o desenvolvimento do País, definidos como prioritários; 2º) Programas Estaduais, definidos pelas Secretarias de Trabalho e Comissões Estaduais de Emprego, em parceria com organismos do governo estadual ou municipal e outros atores locais, para atender, prioritariamente, beneficiários do Seguro-desemprego e desenvolvimento de gestores e micro-empresendedores e; 3º) Programas Emergenciais, voltados ao atendimento de situações de crise e/ou aos processos de reestruturação produtiva, surgida após o início dos demais programas.

Frente à definição dos programas, o princípio imposto, passa a ser exercitado como um mecanismo de controle social, as relações entre governo e trabalhadores passa a ter outra configuração, com práticas e orientações de diferentes, adotando uma estrutura centralizada com práticas sem um exercício mínimo de princípios éticos, tendo como elementos norteadores o controle pelo dominante efetivo, na definição, também, de metas e recursos financeiros.

O Presidente atual, ao assumir o governo com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros, instituiu, como peça chave, o Plano Plurianual (PPA)⁴ 2004-2007 que foi elaborado para “mudar o Brasil”. Este Plano enuncia, como problemas fundamentais a serem enfrentados, a concentração da

O Presidente atual, ao assumir o governo com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros, instituiu, como peça chave, o Plano Plurianual 2004-2007 que foi elaborado para “mudar o Brasil”.

renda e riqueza, a exclusão social, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras. Embora os resultados do enfrentamento da realidade na troca de poder sejam totalmente inversos, como já foi demonstrado, o PPA 2003 – 2007 (2003, p. 8) tem três objetivos: “inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia”.

O discurso da inclusão se apropria de uma nova ordem e em se tratando da Política Pública de Qualificação, sua operacionalidade ocorre pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ)⁵, tendo

³ Foi financiado com recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT). Enquanto fundo oriundo de contribuições da classe trabalhadora, ele foi instituído e regulamentado pela Lei nº 7.998, de janeiro de 1990, integrado pela arrecadação do PIS-PASEP e administrado pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), organismo tripartite e paritário.

⁴ Surge com a intenção de inaugurar um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. O PPA confere racionalidade e eficácia às ações do Governo Federal na direção dessas profundas mudanças.

⁵ O Plano Nacional de Qualificação é operacionalizado de forma nacionalmente articulada, sob diretrizes e procedimentos institucionais comuns, nas bases da estrutura anterior, normatizado pelo CODEFAT, através da Resolução nº 333/2003, de forma descentralizada, por meio de dois mecanismos distintos e complementares: Os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) e os Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs). O PlanTeQ contempla projetos e ações de qualificação Social e Profissional circunscritos a um território, com aprovação e homologação obrigatórias da Comissão/Conselho Estadual de Trabalho/emprego ou das Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho/emprego referentes ao território.

seus fundamentos dimensionados e seis pilares envolvendo aspectos com as seguintes características: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional. Essa “nova” política se afirma como um fator de inclusão social, desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e

A qualificação para o trabalho passa a ser concebida como uma qualificação social e profissional, capaz de permitir a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho...

distribuição de renda, compreendendo a qualificação como uma construção social.

A qualificação para o trabalho passa a ser concebida como uma qualificação social e profissional, capaz de permitir a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. Ganha condição da Política Pública de Qualificação, como política social, e maior centralidade, em que a maior relevância passa a ser a participação e o controle social, de modo que a qualificação profissional seja um direito e um bem de acesso universal.

O PNQ ganha, na sua versão 2003, caráter transitório. Destina-se a dar seqüência à construção da Política Pública de Qualificação e, mais em particular, objetiva preparar as bases de implantação plena a partir do início de 2004, quando começará o novo PPA.

Diante disso, a atual política de formação profissional apresenta as características determinantes iniciadas no governo anterior, a fragilidade da retórica de preparar o trabalhador ou o desempregado para uma melhor inclusão social, utilizando um “novo” discurso, em substituição aos programas (emergenciais) para as minorias sociais. Isto é facilmente evidenciado quando indagamos sobre os critérios de definição das ações e as prioridades? Ora, sabemos

que tais proposições não estão embasadas numa demanda econômica determinada ou passível de ser implementada, aliás, em plena “era” de desenvolvimento tecnológico, a qualificação propiciada aos trabalhadores, modelos elementares de produção e outras atividades elementares, que não são competitivas ou preparatórias para o atual modelo de mercado de trabalho.

Em face de tantas contradições e propósitos não explicitados ofici-

almente cabe, ainda, uma indagação sobre as questões apontadas até aqui. A atual política pública de formação profissional centra-se na perspectiva da inserção ou da exclusão social dos trabalhadores?

É necessário, antes de qualquer coisa, associar esta possibilidade de “formação” ou “preparação” diretamente ao projeto político neoliberalista instalado oficialmente no País, independente de partidos políticos, e assumir que a globalização economia, é um processo de ruptura de vários modelos de absorção de capitais existentes no mundo moderno e que busca uma unidade de controle financeiro, seja pela violência ou pela miséria, criando novos mecanismos de controle e outros movimentos para o capitalismo totalitário, que não se saturam, se readequam aos interesses de domínio, tendo como elemento mediador “a exclusão do trabalhador não só pela automatização das frentes produtivas”, mas pelas conjunturas atuais impostas pelo capital.

São aspectos estes que, hoje, servem como ancoradouros da nova concepção, dos compromissos e das responsabilidades em tentar reconstruir o papel social e o sentido da formação profissional, através da definição de políticas públicas, para uma efetiva busca de mudança social, para não ficar nas velhas propostas em “novos” discursos.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. *Ditz et écrits: 1954-1988*. Organização de Daniel Defert et François Ewald. Paris: Gallimard, 1994. 4v.

———. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

———. *Microfísica do Poder*. 16 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.

———. *Vigiar e punir*. 5 ed. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1987.

———. *As palavras e as coisas*. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1987.

———. *História da sexualidade*. Para o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

OSÓRIO, Antonio Carlos do Nascimento. Políticas e Desafios na Educação para os Trabalhadores Empregados e Desempregados. In: *InterMeio: Revista do Mestrado em Educação/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS*, v. 7, n. 14.p. 23-41, Editora da UFMS, 2001.